

## PROJETO DE LEI Nº. 18, DE 28 DE ABRIL DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária emergencial de excepcional interesse público.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, mediante Processo Seletivo Público Simplificado, nos termos do inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, o seguinte profissional:

Cargo	Quantidade	Carga Horária	Prazo da Contratação
Recepcionista	01	40 horas semanais	até 31/12/2023

**Art. 2º** O valor da remuneração mensal será o equivalente ao padrão 5A, estando atualmente no valor de R\$ 1.509,64 (um mil quinhentos e nove reais com sessenta e quatro centavos).

Parágrafo único. O valor da remuneração será reajustado nos mesmos percentuais dos cargos para servidores efetivos.

- **Art. 3°** O contrato decorrente da presente Lei é de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os seguintes direitos:
  - I remuneração conforme estipulado no art. 2°;
- II jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, e gratificação natalina proporcional.
  - III férias proporcionais, ao término do contrato;
  - IV inscrição no Regime Geral de Previdência;
  - V vale refeição conforme Lei Municipal nº 2.552/2006.
- **Art. 4°** Ao Município fica resguardado o direito de rescindir os contratos autorizados por esta Lei a qualquer tempo, por motivo de conveniência administrativa.



**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2032 – Manutenção do E.S.F.

3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal CI

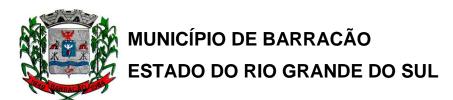
**Art. 6º** As disposições da presente Lei ficam inclusas no PPA e LDO.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barração, 28 de abril de 2023.

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº. 18, DE 28 DE ABRIL DE 2023

Colenda Câmara de Vereadores,

Apraz-nos cumprimentá-los e, na oportunidade, repassar o incluso Projeto de Lei, para análise e apreciação de Vossas Excelências em Sessão Extraordinária.

A contratação que se busca autorização legislativa faz-se necessária para suprir a lacuna que existirá durante o período de licença-maternidade da servidora efetiva ocupante do cargo de recepcionista na Unidade Básica de Saúde do Município.

Sendo assim, diante da grande procura aos serviços na UBS evidente se faz a necessidade de contratação de profissional para ocupar a vaga durante o período de afastamento da servidora, evitando dessa forma que haja algum prejuízo aos serviços prestados e a comunidade barraconense.

Deixamos de apresentar o impacto orçamentário-financeiro haja vista a despesa não ultrapassar dois exercícios, a teor do art. 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Sendo o que tínhamos para o momento, deixamos os votos da mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.